



SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S. A.

Sede social: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Matriculada na C.R.C. da Maia sob o nº 1067

Capital Social: 700 000 000 euros

Pessoa Colectiva nº 500 204 128

Sociedade Aberta

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADE E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS NÃO AUDITADAS**

JANEIRO A MARÇO DE 2005

SEGUNDO AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO



Mensagem do Presidente Executivo

«O desempenho no 1º trimestre de 2005 veio confirmar a evolução positiva nos trimestres anteriores. Condições de mercado mais favoráveis, a continuação da estratégia de enfoque na margem e não na quota de mercado bem como da reestruturação operacional, através da gestão de capacidades e contenção de custos, permitiram que a Sonae Indústria atingisse um EBITDA de 59,6 milhões de euros (47 milhões de euros excluindo proveitos associados a actividades não recorrentes) e um Resultado Líquido de 15,4 milhões de euros.

A reestruturação do balanço da empresa prevista para 2005 prossegue, o que nos permite encarar com optimismo a possibilidade de se conseguir a autonomização financeira do accionista de referência no final do 1º semestre. Durante este período, a Sonae Indústria refinanciou a sua dívida em condições mais favoráveis.

A manutenção do preço do petróleo a níveis elevados teve um forte impacto na estrutura de custos: em relação ao 4ºT'04, os custos variáveis aumentaram 3%. No pressuposto de que esta tendência não prejudique as perspectivas a médio-prazo da economia mundial, estou confiante de que a equipa da Sonae Indústria irá continuar a melhorar o desempenho da empresa consolidando, assim, a sua liderança.

Apesar da estabilidade dos preços, é de esperar alguma pressão para uma descida nos preços do OSB e no MDF, a qual tentaremos minimizar, ajustando a nossa política de vendas.

As recentes alterações no mercado criam oportunidades para o desenvolvimento e novos desafios. A equipa da Sonae Indústria está preparada para manter a empresa no caminho do sucesso.»

Carlos Bianchi de Aguiar, Presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria



ENQUADRAMENTO

O desempenho da Sonae Indústria no 1ºT'05 confirmou a tendência de 2004: volumes elevados, preços estáveis e aumento dos custos variáveis, em consequência do custo elevado do petróleo.

No 1ºT'05, os volumes de vendas (m³) cresceram 2,2% face ao 4ºT'04 e desceram 1,2% em relação ao 1ºT'04. Comparando com o 1ºT'04, houve um contributo positivo das vendas na Alemanha (+1,9%), Canadá (+2,4%) e África do Sul (+22,1%), enquanto que na Península Ibérica (-6,8%), Reino Unido (-10,3%), França (-1,3%) e Brasil (-1,5%) se verificou uma situação inversa. Por produto e em termos comparativos com o último trimestre, apenas o OSB aumentou o volume de vendas.

O preço médio apresenta um aumento de 1% em relação ao 4ºT'04. Quanto à evolução dos preços, os produtos derivados de aglomerado de partículas mantiveram a evolução positiva registada desde o último trimestre de 2003, enquanto que os preços do OSB sofreram uma redução em Março, sobretudo no mercado norte-americano. Durante o 1ºT'05 os preços do MDF aumentaram de acordo com a inflação mas, nos próximos trimestres, é previsível uma inversão desta tendência, devido à diminuição da procura de flooring.

Neste trimestre, a manutenção do petróleo a níveis elevados continuou a afectar negativamente os custos variáveis, sobretudo o das resinas, o qual sofreu um aumento de cerca de 15% face ao 1ºT'04 e de 2,7% em relação ao 4ºT'04. Os custos da madeira estabilizaram, com a excepção do Brasil onde se mantêm sob pressão.

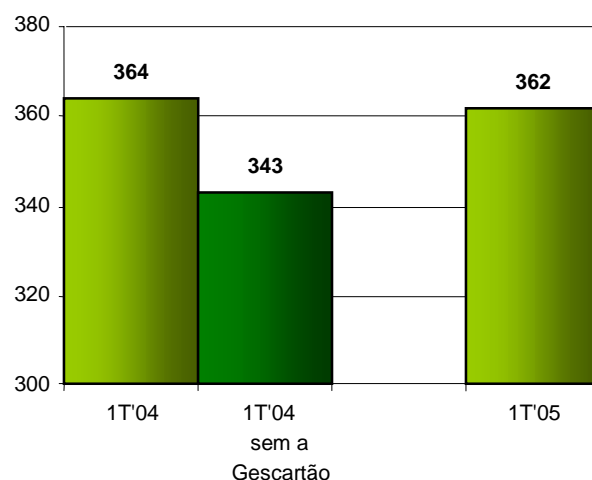
Durante o primeiro trimestre, a Dívida Líquida aumentou para 22 milhões de euros, o que se deveu a uma menor utilização da securitização da carteira de clientes (18 milhões de euros) e ao efeito da sazonalidade do negócio no fundo de maneio.



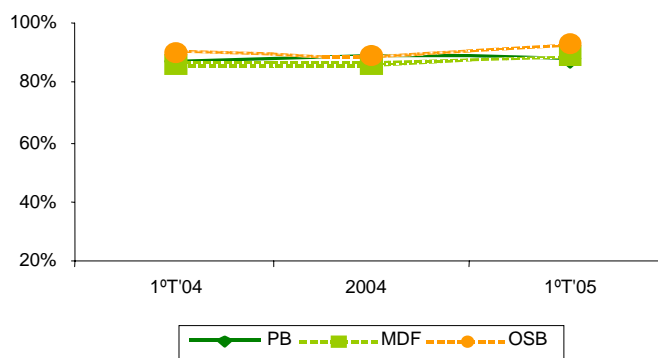
ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA

O **Volume de Negócios** do 1ºT'05 ascendeu a 362 milhões de euros, uma descida de 1% face ao 1ºT'04. Numa base comparável, excluindo a Gescartão, o volume de negócios aumentou 5,6%, face a 343 milhões de euros. Preços médios mais elevados mais do que compensaram volumes de vendas (-1,2%) ligeiramente inferiores.

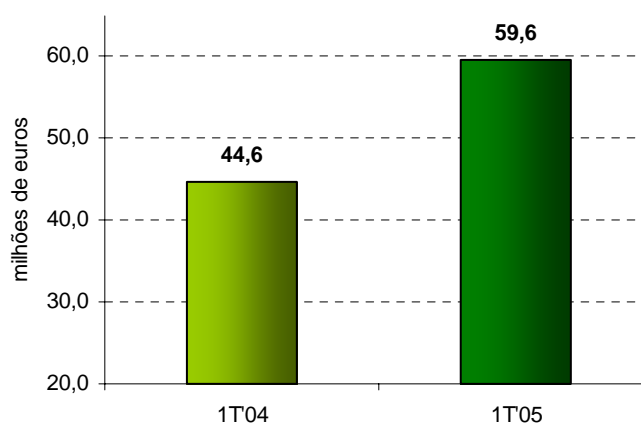
milhões de euros



No 1ºT'05, a **Utilização de Capacidade** atingiu um nível consolidado de 89%, comparável com 87% no período homólogo de 2004 (utilizando as capacidades nominais das fábricas em 2005). O MDF e o OSB registaram os maiores incrementos na taxa de utilização, 3 pontos percentuais e 2 pontos percentuais, respectivamente.



O **EBITDA** atingiu 59,6 milhões de euros no 1ºT'05. Face ao período homólogo de 2004, registou-se um aumento de 34%, influenciado por proveitos associados a actividades não recorrentes de 12 milhões de euros, resultantes da alienação das acções da Gescartão e da Tafisa. Numa base comparável e excluindo



o contributo da Gescartão em 2004, registou-se um aumento de 58%. Este valor representa 16,5% do volume de negócios, comparável com 12,3% no período homólogo de 2004.



Os **Resultados Antes de Impostos** aumentaram em 20,5 milhões de euros. Esta evolução reflecte uma variação positiva de 19,8 milhões de euros dos resultados operacionais e uma redução de 0,8 milhões de euros nos custos financeiros líquidos. Excluindo a Gescartão, os resultados antes de impostos melhoraram em 26,4 milhões de euros.

Os **Resultados Líquidos** (após interesses minoritários) aumentaram 14,4 milhões de euros para 15,4 milhões de euros. Excluindo a Gescartão, os resultados líquidos aumentaram 20,4 milhões de euros.

A **Dívida Líquida** aumentou em 22 milhões de euros durante o 1ºT'05, devido a uma menor utilização da securitização da carteira de clientes (18 milhões de euros) e ao efeito da sazonalidade do negócio no fundo de maneio.

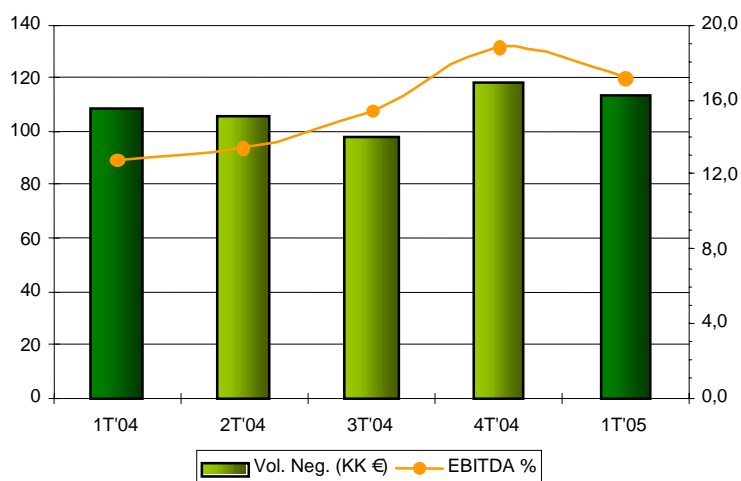
ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

PENÍNSULA IBÉRICA

Durante o 1ºT'05, o volume de negócios aumentou 1,2%, comparado com o período homólogo do ano transacto e apesar da Páscoa ter ocorrido no 1º trimestre, com um impacto negativo sobretudo no mercado espanhol. Tal como no ano anterior, o desempenho nos mercados da exportação foi bom.

Os preços do aglomerado de partículas e do MDF foram ligeiramente superiores aos dos dois últimos trimestres.

A produção de aglomerado de partículas e de MDF manteve um nível similar ao do 1ºT'04, embora os custos variáveis fossem quase 3% superiores aos do 1ºT'04, como consequência da pressão do preço do petróleo, que afecta o custos dos produtos químicos, os quais se mantiveram a um nível similar ao do 4ºT'04.





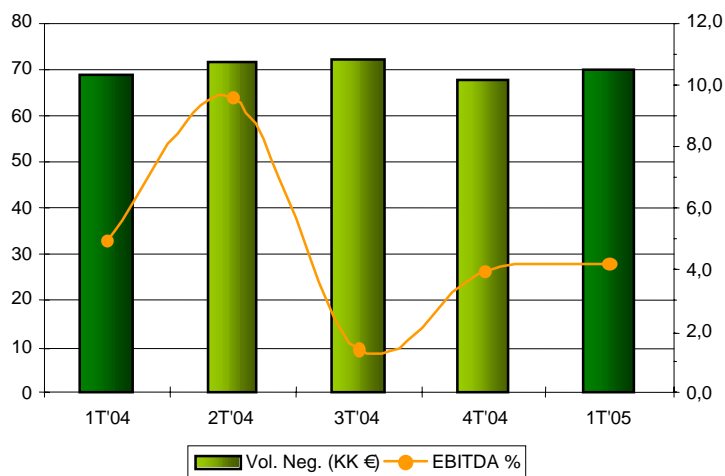
O EBITDA para a Península Ibérica situou-se nos 19,5 milhões de euros, o que veio confirmar a evolução positiva dos quatro últimos trimestres.

FRANÇA

O volume de negócios no 1ºT'05 aumentou 1,3% em relação ao do 1ºT'04 e 3,2% face ao do 4ºT'04, enquanto que, comparado com o 1ºT'04, o preço médio se situou ligeiramente acima da inflação.

A Isoroy encerrou o 1ºT'05 com um EBITDA de 2,9 milhões de euros, uma melhoria de 1,2 milhões de euros face a 1ºT'04, excluindo os proveitos/custos associados a actividades não recorrentes.

Durante este trimestre, foi conseguido um aumento de 3,2% face ao período homólogo de 2004, apesar das condições climáticas adversas.

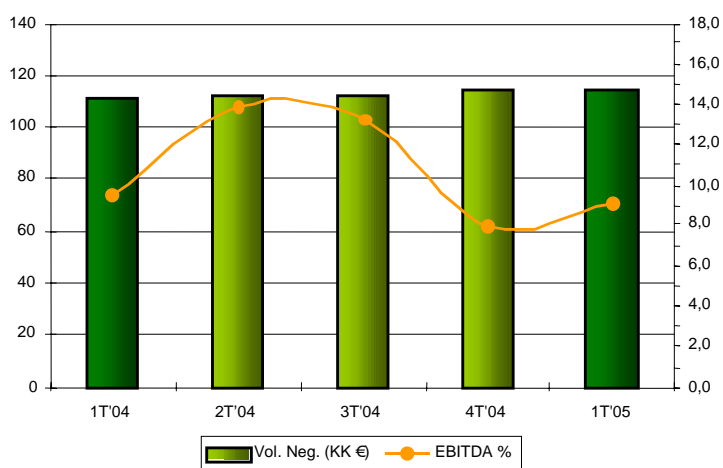


ALEMANHA

Durante o 1ºT'05, a procura geral de aglomerado de partículas, MFC e MDF nos principais segmentos de mercado alemães, retalho e indústria, esteve ao nível registado no 1ºT'04. O volume global de vendas aumentou 1,9% vs. 2004, enquanto que o volume de negócios cresceu 6,4%, devido à melhoria do mix de produtos. A

manutenção do custo do petróleo a níveis elevados, com impacto directo no aumento dos custos das matérias-primas, sobretudo cola, produtos químicos e energia, implicou a subida dos preços de venda no mercado.

Todas as fábricas operaram a um nível elevado de utilização da capacidade produtiva. As receitas provenientes das vendas de MDF e de aglomerado de partículas melhoraram nos



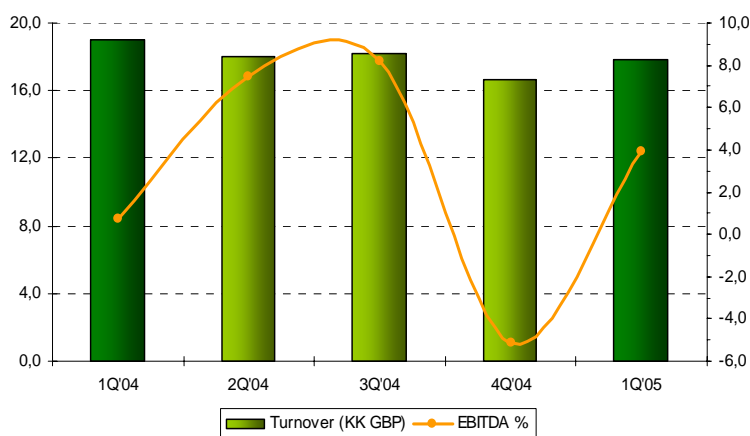


primeiros três meses, enquanto que o excelente nível atingido pelo OSB no ano anterior não pôde ser igualado, devido ao maior volume de exportações com o consequente aumento dos custos de transporte.

Neste período, o EBITDA atingiu 9,1% do volume de negócios, apesar do impacto negativo de 1,3 milhões de euros de actividades não recorrentes. Como os indicadores macroeconómicos para os próximos meses na Alemanha não são tão promissores, as perspectivas para o 2ºT'05 não são tão favoráveis.

REINO UNIDO

Após o período de Natal, a retoma do mercado processou-se lentamente e o volume de vendas deste trimestre situou-se 10% abaixo do período homólogo de 2004. Apesar dos volumes estarem abaixo das expectativas, os preços médios de venda recuperaram face ao mesmo período do ano transacto e em relação ao 4ºT'04.



A produção aumentou cerca de 2% em relação ao 1ºT'04, tendo a produção da fábrica de Knowsley, em Março, ultrapassado os 39.000 m³. Tal ocorreu apesar de problemas de falta de disponibilidade industrial associada à utilização de uma grande percentagem de madeira reciclada (97%). Iniciou-se o investimento num processo sofisticado de limpeza da estilha, concebido para resolver estes problemas, o qual estará concluído no 2ºT'05.

Os preços de aquisição das matérias-primas mantiveram-se estáveis, com excepção da madeira, que registou problemas sazonais de disponibilidade. O aumento dos custos (2%) foi controlado e o impacto na Demonstração de Resultados foi reduzido, devido ao preço mais favorável do que previsto dos PRN's (Títulos de Recuperação de Resíduos de Embalagem). No trimestre o EBITDA atingiu 4% do volume de negócios.



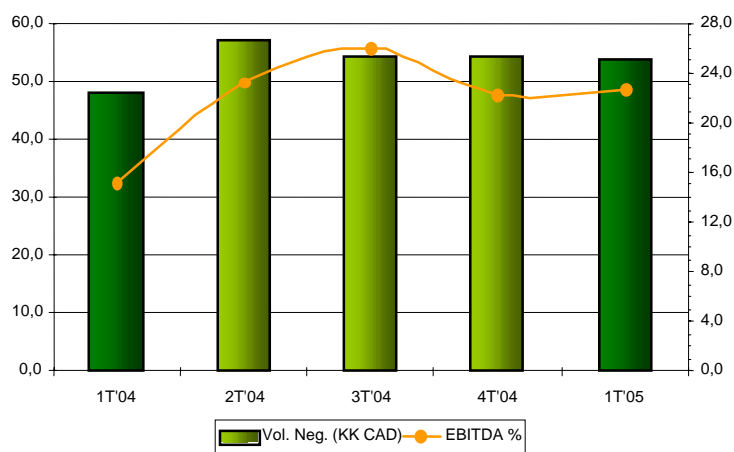
CANADÁ

No 1ºT'05, o mercado norte-americano permaneceu forte. A procura de aglomerado cru manteve-se forte, sobretudo no mercado dos EUA com os fabricantes de kits de mobiliário. Por outro lado e em termos gerais, o mercado de MFC tem-se mantido pouco sustentado nos EUA, desde o início do ano.

O volume de negócios aumentou

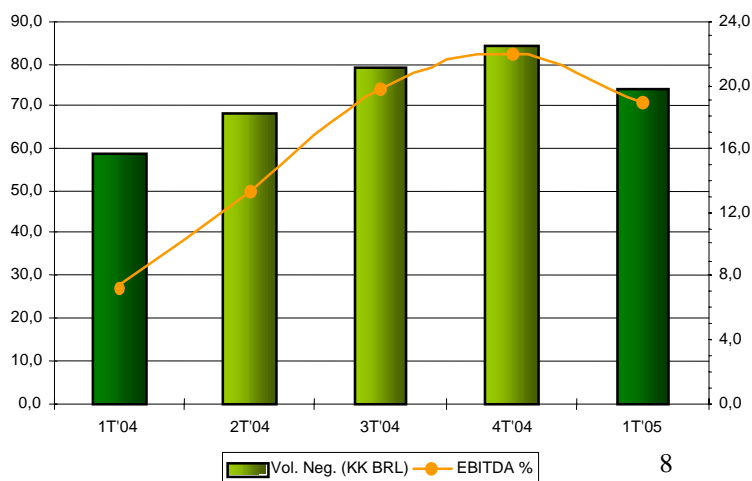
12%, comparado com o 1ºT'04, enquanto que a produção subiu 2,4% no mesmo período. O aumento do volume de negócios ficou a dever-se a volumes superiores, à melhoria do mix de produtos e ao aumento dos preços. A fragilidade do USD reduziu parcialmente os efeitos positivos do volume de negócios expresso em CAD; contudo, o volume de compras de matérias-primas e serviços em USD foi aumentado para garantir uma protecção mais alargada.

Os custos da madeira, resultantes da escassez dos fornecimentos de rolaria às serrações, são claramente superiores ao do período homólogo do ano anterior. A redução a curto prazo dos direitos de corte nos terrenos públicos acarretou mais incertezas. Os custos dos produtos químicos e do transporte estão igualmente sob forte pressão, como resultado da evolução preocupante do preço do petróleo. As melhorias na produtividade têm compensado parcialmente os aumentos de custos.



BRASIL

O mercado interno manteve-se estável, com uma recuperação no volume de MDF e uma pequena descida no aglomerado; o mercado de flooring manteve a tendência de 2004, com uma descida acentuada neste período. Este comportamento





resulta do impacto das taxas de juro nas vendas para o sector do mobiliário e da redução das exportações de mobiliário, devido à desvalorização do USD face ao Real. Não se perspectivam grandes alterações a esta situação durante o 2ºT'05, mas espera-se uma recuperação no segundo semestre do ano.

As vendas em volume apresentaram uma pequena descida, quando comparadas com os valores de 2004 (-1,5%), mas como os preços médios aumentaram acima da inflação, as vendas em Reais aumentaram 22,6% face ao 1ºT'04, tendo crescido 24,2% no mercado interno e 11,3% nas exportações.

Os custos variáveis em Reais registaram um crescimento de 16,6% por m³, sobretudo devido aos custos da madeira. Quanto aos outros custos, em termos gerais, tiveram uma evolução positiva, quando comparados com o ano transacto.

Por estes motivos, o EBITDA quase atingiu os 19% face a 7,4% no 1ºT'04. Contudo, no 2ºT'05, não se estima um crescimento significativo do mercado, devido a uma evolução mais moderada da procura e dificuldades nas exportações, motivadas pela evolução da taxa de câmbio.

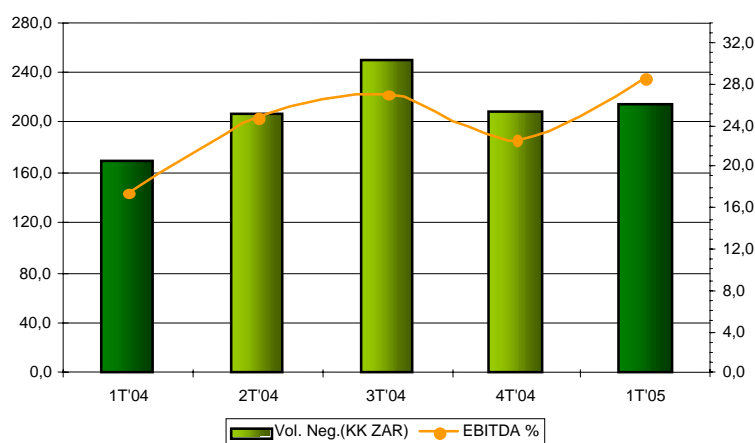
ÁFRICA DO SUL

As condições do mercado na África do Sul mantiveram-se estáveis, com a continuada pressão descendente do Índice dos Preços ao Consumidor. Assistiu-se a uma menor volatilidade da taxa de câmbio, apenas com pequenas perdas face às moedas mais fortes.

Em comparação com o 1ºT'04, houve um aumento significativo das vendas,

de 25% em valor e 22% em volume, apesar das férias da Páscoa terem ocorrido no 1º trimestre do ano. Comparando com o período homólogo de 2004, os custos de distribuição mantiveram-se estáveis, apesar do aumento do fuel, devido à melhoria da eficiência na gestão dos transportes.

A erosão de preços, a que se assistiu em 2004, foi totalmente recuperada no primeiro trimestre de 2005, apesar dos preços do MDF permanecerem sob pressão, como resultado da actividade de importação da América do Sul. Houve uma grande melhoria de





disponibilidade nas fábricas de Panbult e White River, sem variações significativas nos custos variáveis - apesar de a estabilidade da taxa de câmbio ter tido um efeito positivo marginal - e os Custos Fixos mantiveram-se dentro dos níveis de 2004.

O EBITDA aumentou para 28,5% do volume de negócios, o que representa uma melhoria de 11 pontos percentuais face ao período homólogo do ano transacto.

As perspectivas são positivas, com um forte nível de actividade do sector da construção e a divulgação recente de uma redução de 50 pontos base na taxa de referência do Banco Central Sul-Africano.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Os bons resultados registados pela Sonae Indústria no 1T'05 basearam-se numa procura relativamente estável e no bom desempenho operacional.

Contudo, há sinais evidentes de descida de preços do OSB e do MDF, em consequência de uma fraca procura do mercado norte-americano (com efeitos no OSB) e do mercado de flooring (com efeitos no MDF).

Por conseguinte, estima-se a curto prazo um impacto negativo na rentabilidade daqueles produtos, pelo que o crescimento do EBITDA registado no primeiro trimestre não irá manter-se ao longo do ano.

A independência financeira da Sonae Indústria será consumada no segundo trimestre de 2005. A Sonae Indústria utilizou parte dos fundos provenientes das recentes emissões de obrigações para pagar os empréstimos da Sonae SGPS, SA (163 milhões de euros) e dívida externa de subsidiárias.

Maia, 28 de Abril de 2005

O Conselho de Administração

Para mais informação:

Lugar do Espido - Via Norte - Apartado 1096

4471-909 Maia Portugal

Telefone: (+351) 220 100 400

Fax: (+351) 220 100 543

Email: sonaeindustria@sonae.pt

www.sonaeindustria.com

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE MARÇO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS		POC
		31.03.05	31.12.04	31.12.04
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	6	1 140 635 998	1 148 057 730	1 169 637 656
Diferenças de consolidação	7	44 337 280	45 269 819	
Investimentos	8	4 294 348	9 519 767	14 211 619
Impostos diferidos activos	11	57 146 318	61 332 706	60 488 971
Outros activos não correntes	9	2 042 078	1 129 577	926 615
Total de activos não correntes		1 248 456 022	1 265 309 599	1 245 264 861
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências		157 100 081	159 011 303	159 577 295
Outros activos correntes	10	184 932 578	160 983 477	157 812 702
Investimentos	8	5 600 647	5 980 187	41 061 866
Caixa e equivalentes de caixa	12	124 330 147	74 817 721	39 684 453
Total de activos correntes		471 963 453	400 792 688	398 136 316
TOTAL DO ACTIVO		1 720 419 475	1 666 102 287	1 643 401 177
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	13	700 000 000	700 000 000	700 000 000
Reservas e Resultados Transitados		- 268 256 174	- 311 273 230	- 323 639 403
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe		15 448 443	42 580 440	29 213 582
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		447 192 269	431 307 210	405 574 179
Interesses Minoritários	14	42 160 699	38 906 798	41 211 484
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		489 352 968	470 214 008	446 785 663
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos	15	456 014 073	400 768 431	393 294 024
Outros passivos não correntes	17	282 144 442	281 178 375	175 038 076
Impostos diferidos passivos	11	29 551 108	27 142 333	27 934 725
Provisões	20	15 877 277	15 204 678	37 262 270
Total de passivos não correntes		783 586 900	724 293 817	633 529 095
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos	15	109 682 052	109 989 503	119 538 217
Outros passivos correntes	19	328 213 659	351 839 369	434 001 763
Provisões	20	9 583 896	9 765 590	9 546 439
Total de passivos correntes		447 479 607	471 594 462	563 086 419
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1 720 419 475	1 666 102 287	1 643 401 177

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)

	Notas	IFRS		POC
		31.03.05	31.03.04	31.03.04
Proveitos operacionais:				
Vendas		360.613.749	361.780.539	382.975.347
Prestações de serviços		1.226.745	2.342.655	3.046.792
Outros proveitos operacionais		21.108.305	19.123.620	16.702.482
Total de proveitos operacionais		<u>382.948.799</u>	<u>383.246.814</u>	<u>402.724.621</u>
Custos operacionais				
Custo das vendas		169.604.398	171.720.112	179.474.868
Variação da produção		1.177.921	6.991.822	6.103.228
Fornecimentos e serviços externos		94.526.299	93.650.239	98.425.682
Custos com o pessoal		52.738.315	56.649.232	60.002.827
Amortizações e depreciações	6	24.701.644	26.773.950	30.325.742
Provisões e perdas por imparidade	6,7 e 20	642.372	3.368.554	2.015.087
Outros custos operacionais		5.301.233	9.599.246	9.877.474
Total de custos operacionais		<u>348.692.182</u>	<u>368.753.155</u>	<u>386.224.908</u>
Resultados operacionais		<u>34.256.617</u>	<u>14.493.659</u>	<u>16.499.713</u>
Resultados financeiros		(12.037.153)	(12.854.286)	(14.289.281)
Resultados relativos a empresas associadas		(6.164)	32.769	32.765
Resultado antes de impostos		<u>22.213.300</u>	<u>1.672.142</u>	<u>2.243.197</u>
Imposto sobre o rendimento	24	<u>6.286.006</u>	<u>1.154.250</u>	<u>1.833.607</u>
Resultado depois de impostos		<u>15.927.294</u>	<u>517.892</u>	<u>409.590</u>
Resultados de operações em descontinuação após impostos				
Resultado consolidado do trimestr		<u>15.927.294</u>	<u>517.892</u>	<u>409.590</u>
Atribuível a:				
Accionistas da Empresa-Mãe		15.448.443	922.657	(549.431)
Interesses Minoritários		<u>478.851</u>	<u>(404.765)</u>	<u>959.021</u>
Resultados por acção				
Excluindo operações em descontinuação				
Básico	25	<u>0,1103</u>	<u>0,0092</u>	<u>-0,0055</u>
Diluído	25	<u>0,1103</u>	<u>0,0092</u>	<u>-0,0055</u>
Das operações em descontinuação				
Básico	25	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Diluído	25	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2005 E 2004.

(Montantes expressos em euros)

	Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe						Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Notas	Capital Social	Acções Próprias	Prestações Suplementares	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	500.000.000	-	-	(300.961.506) 1)		199.038.494	94.870.525	293.909.019
Aplicação do resultado consolidado de 2003:								
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para resultados transitados								
Aquisição/(Alienação) de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação nas reservas	-	-	-	5.927.973	-	5.927.973	-	5.927.973
Resultado consolidado líquido do período de três meses findo em 31 de Março de 2004	-	-	-	-	922.657	922.657	(404.765)	517.892
Outros		-	-	-	-	-	2.107.775	2.107.775
Saldo em 31 de Março de 2004	500.000.000	-	-	(295.033.533)	922.657	205.889.124	96.573.535	302.462.659
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	700.000.000	-	-	(311.273.230)	42.580.440	431.307.210	36.413.510	467.720.720
Aplicação do resultado consolidado de 2004:								
Transferência para reserva legal e resultados transaitados	-	-	-	42.580.440	(42.580.440)	-	2.493.288	2.493.288
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação nas reservas	-	-	-	436.616	-	436.616	-	436.616
Resultado consolidado líquido do período de três meses findo em 31 de Março de 2005	-	-	-	-	15.448.443	15.448.443	478.851	15.927.294
Outros	-	-	-	-	-	-	2.775.050	2.775.050
Saldo em 31 de Março de 2005	700.000.000	-	-	(268.256.174)	15.448.443	447.192.269	42.160.699	489.352.968

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

1) Dado a conversão das contas consolidadas para IAS/IFRS ter sido efectuada à data de 01.01.2004, não existe informação sobre o resultado consolidado proveniente do exercício de 2003.

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2005 E 31 DE MARÇO DE 2004
(Montantes expressos em euros)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>31.03.05</u>	<u>31.03.04</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>-15 803 473</u>	<u>2 377 288</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		25 576 916	70 844 629
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		2 133 229	19 998 669
Outros		720 978	1 452 794
		<u>28 431 123</u>	<u>92 296 092</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			6 856 392
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		8 071 047	7 634 284
Outros		2 376 469	30 416 284
		<u>10 447 516</u>	<u>44 906 960</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>17 983 607</u>	<u>47 389 132</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		64 418 588	2 071 188
		<u>64 418 588</u>	<u>2 071 188</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		3 853 892	26 613 195
Juros e custos similares		12 479 341	9 571 358
		<u>16 333 233</u>	<u>36 184 553</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>48 085 355</u>	<u>-34 113 365</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>50 265 489</u>	<u>15 653 055</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>- 42 151</u>	<u>- 591 346</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	<u>72 170 072</u>	<u>25 892 091</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	<u>122 477 712</u>	<u>42 136 492</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração



SONAE INDÚSTRIA SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INDÚSTRIA, SGPS, SA tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1096, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 a 7 (“Grupo Sonae Indústria”). Os negócios do Grupo e as áreas de actuação encontram-se descritos na Nota 26.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 29, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).



As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Notas 2.11).

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 3.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação positiva (Notas 2.2.c e 7)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.



Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação positivas e mantidas no valor de investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica resultados relativos a empresas associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada.

Os ganhos não realizados com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao



ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 4.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas foram registadas na rubrica Diferenças de consolidação ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 7). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de relato do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial incluída em Reservas e resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no período são registadas na demonstração de resultados do período, na rubrica provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas foram reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na



moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em resultados transitados (IFRS 1).

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.03.2005		31.12.2004		31.03.2004	
	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período
Libra inglesa	0,6885	0,6936	0,7051	0,6782	0,6659	0,6798
Real brasileiro	3,4744	3,4987	3,6147	3,6329	3,5474	3,6179
Rand sul-africano	8,0900	7,8765	7,6899	7,9942	7,7791	8,4624
Dólar canadiano	1,5737	1,6081	1,6416	1,6161	1,5979	1,6473
Franco suíço	1,5486	1,5488	1,5429	1,5437	1,5594	1,5685

Fonte: Bloomberg

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos



geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no período em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são



capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de “Software” são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.5. Locações

Os contratos de locação, em que o Grupo age como locatário, são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



2.6. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

2.7. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.



2.8. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, directamente relacionados com a aquisição de activos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9. Existências

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização).

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais nas rubricas de Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a existências de mercadorias e matérias-primas ou a existências de produtos acabados e semi-acabados, subprodutos e trabalhos em curso.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.



As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.11. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento ocorrer num prazo inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.



Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do período.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo capitalizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal.



f) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo têm como objectivo fundamental cobrir os riscos inerentes a flutuações das taxas de juro e das taxas de câmbio.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos derivados utilizados, quando classificados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios, na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados. Quanto aos instrumentos derivados que a empresa opte por não aplicar “hedge accounting”, as variações de justo valor afectam diariamente e de forma imediata a demonstração de resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, “forwards” de taxas de câmbio para cobertura de importações



futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas em Outras reservas incluída em Reservas e resultados transitados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço.



2.12. Responsabilidades por pensões

Conforme mencionado na Nota 18 o Grupo assumiu, através de algumas filiais, o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituídos para o efeito fundos de pensões autónomos.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o “Projected Unit Credit Method”. Os ganhos e perdas actuariais que excedam 10% do maior entre o valor presente das responsabilidades totais e o justo valor dos activos do fundo constituído, são reconhecidos na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período médio remanescente de vida dos participantes.

Os custos por responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente nas situações em que os benefícios se encontram a ser pagos, caso contrário são reconhecidos em quotas constantes durante o período médio estimado até à data em que os direitos dos colaboradores se vencem (geralmente na data de reforma caso estejam ao serviço do Grupo).

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data de balanço representam o valor presente das obrigações por planos definidos ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões.

2.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.



O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, considerando o resultado intercalar e a taxa anual efectiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.



Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.16. Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de imobilizações corpóreas e incorpóreas e de investimentos, são apresentadas na demonstração de resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de Outros proveitos operacionais e Outros custos operacionais.

2.17. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.f)).

2.18. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre



condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.19. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 26.

3. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Março de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, são as seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO				CONDIÇÕES DE INCLUSÃO
		31.03.2005		31.12.2004		
		Directo	Total	Directo	Total	
Agloma - Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S.A.	Oliveira do Hospital (Portugal)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Cia. De Industrias y Negocios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Ecociclo, Energia e Ambiente, S. A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Euro Decorative Boards Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Euromegantic Lteé	Lac Mégantic (Canadá)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Explotaciones Comerciales, Industriales y de Servicios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Explotaciones Madereras Catalanas, S. A.	Barcelona (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Florestal y Maderera, S. A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,68%	a)
Glunz AG	Meppen (Alemanha)	98,17%	90,34%	98,17%	91,99%	a)
Glunz Service GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	90,34%	100,00%	91,99%	a)
Glunz UK Holdings, Ltd.	Londres (Reino Unido)	100,00%	90,34%	100,00%	91,99%	a)
Glunz Uka GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	90,34%	100,00%	91,99%	a)
Gollin GmbH	Bad Oeynhausen (Alemanha)	90,00%	81,32%	90,00%	82,79%	a)
Isoroy Transformation S.A.S.	St. Dizier (França)	99,99%	91,16%	99,99%	92,66%	a)
Isoroy, SAS	Boulogne (França)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Manipulaciones Forestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Megantic B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Movelpartes – Comp. para a Indústria do Mobiliário, S.A.	Paredes (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Novobord (Pty) Ltd.	Woodnead (África do Sul)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Orpin, S. A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
OSB Deutschland	Alemanha	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Poliface Brasil, Ltda.	São Paulo (Brasil)	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	a)
Poliface North America	Baltimore (EUA)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Racionalización y Manufacturas Forestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Resoflex – Mobiliário e Equipamentos de Gestão, S.A.	Vila de Conde (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
SCS Beheer, BV	Holanda	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Siaf – Soc. de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais, S.A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Socelpac, SGPS, SA	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Sociedade de Iniciativa e Aproveit. Florestais - Energias, S.A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	91,18%	100,00%	92,67%	a)
Société Industrielle et Financière Isoroy	Rungis (França)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)



Somit – Imobiliária, S.A.	Oliveira do Hospital (Portugal)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Sonae – Serviços de Gestão, S. A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Sonae 4-P, Panels, Pulp, Paper and Packaging, S. A.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Sonae España, S. A.	Madrid (Espanha)	99,94%	99,94%	99,94%	99,94%	a)
Sonae Indústria – Prod. e Comerc. Derivados Madeira, S. A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	91,41%	100,00%	92,86%	a)
Sonae Indústria – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	Maia (Portugal)	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Sonae Indústria Brasil, Ltda.	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
Sonae Novobord (Pty) Ltd	Woodnead (África do Sul)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Sonae Tafibra (UK) Ltd	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Sonae Tafibra Benelux, B. V.	Woerden (Países Baixos)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Sonae UK, Limited	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Spanboard Products Ltd	Belfast (Reino Unido)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Tableros de Fibras, S.A.	Madrid (Espanha)	94,42%	91,16%	94,42%	92,66%	a)
Tableros Tradema, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Tafibra - Tableros Aglomerados y de Fibras, A.I.E.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,18%	100,00%	92,67%	a)
Tafibra South Africa, Limited	África do Sul	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Tafibras, S.A.	Curitiba (Brasil)	53,99%	49,55%	53,99%	50,02%	a)
Tafisa Brasil, S.A.	Curitiba (Brasil)	100,00%	57,46%	100,00%	58,12%	a)
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Lac Mégantic (Canadá)	99,99%	91,16%	99,99%	92,66%	a)
Tafisa France S.A.S.	Rungis (França)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Tafisa U.K.Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Tavapan, SA	Tavannes (Suíça)	100,00%	90,36%	100,00%	91,99%	a)
Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.	Barcelona (Espanha)	100,00%	91,16%	100,00%	92,66%	a)
Tool, GmbH	Meppen (Alemanha)	100,00%	90,36%	100,00%	91,99%	a)

a) Controlo detido por maioria de votos.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

4. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Março de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 são as seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO			
		31.03.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Ipaper - Indústria de Papéis Impregnados, S. A.	Maia (Portugal)	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%
Oko Zentrum NRW	Alemanha	25,00%	22,59	25,00%	22,99%
Promodeco – Proj. Imobiliário Decoração e Constr., Lda.	Maia	27,60%	27,60%	27,60%	27,60%
Serradora Boix	Barcelona	31,25%	28,49%	31,25%	28,96%
Stinnes Holz GmbH	Hamm (Alemanha)	35,25%	31,85%	35,25%	32,43%
Sonaegest	Maia	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.b).



5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais alterações no perímetro de consolidação ocorridas no período findo em 31 de Março de 2005 foram as seguintes:

Alienações:

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO	
		31.03.2005	
		Directo	Total
Gollin GmbH	Bad Oeynhausen (Alemanha)	90,00%	81,32%

Efeito das alienações

A sociedade anteriormente referida foi alienada à data de 1 de Janeiro de 2005, o que motivou a saída do perímetro de consolidação nessa data. Não são materialmente relevantes os efeitos desta alienação no balanço consolidado.

6. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Durante o período de três meses findo em 31 de Março de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Imobilizações Corpóreas					Imobilizações Incorpóreas				Total
	Terrenos e Edifícios	Equipamentos	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizado Corpóreo em Curso	Total Corpóreo	Despesas de Desenvolvimento	Outras Imobilizações Incorpóreas	Imobilização Incorpóreas em Curso	Total Incorpóreo	
Activo Bruto:										
Saldo Inicial	398 140 852	1 639 506 648	12 661 035	16 527 666	2 066 836 201	828 160	5 942 419	62 081	6 832 659	2 073 668 861
Variações do Perímetro de Consolidação	- 1 956 667	- 4 628 753			- 6 585 420		- 69 007		- 69 007	- 6 654 427
Investimento	4 850	431 405	123 558	6 425 338	6 985 151			44 891	44 891	7 030 042
Desinvestimento	616 528	783 532		66 794	1 466 854					1 466 854
Transferências	3 526 494	3 823 001	42 905	- 3 524 484	3 867 916	- 7 317	7 317			3 867 916
Variações cambiais	3 091 401	10 072 440	3 260	129 144	13 296 245	- 178	2 110		1 932	13 298 177
Saldo Final	402 190 402	1 648 421 209	12 830 758	19 490 870	2 082 933 239	820 665	5 882 839	106 972	6 810 475	2 089 743 715
Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:										
Saldo Inicial	89 325 386	820 919 829	10 047 189		920 292 404	479 142	4 839 581		5 318 723	925 611 127
Variações do Perímetro de Consolidação	- 831 216	- 3 390 232			- 4 221 448		- 15 786		- 15 786	- 4 237 234
Depreciações do período	1 664 829	22 655 888	239 724		24 560 441	26 672	133 934		160 606	24 721 047
Desinvestimento	960 154	290 227			1 250 381					1 250 381
Transferências		492			492	- 1 585	- 17 818		- 19 403	- 18 911
Variações cambiais	348 986	3 930 931			4 279 917	- 38	2 191		2 153	4 282 070
Saldo Final	89 547 831	843 826 681	10 286 913		943 661 425	504 191	4 942 102		5 446 293	949 107 718



7. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período de três meses findo em 31 de Março de 2005, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.03.2005
	Diferenças de Consolidação Positivas
Activo Bruto:	
Saldo Inicial	45 269 819
Diminuições	320 382
Conversão Câmbial	- 612 157
Saldo Final	44 337 280
Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:	
Saldo Inicial	
Saldo Final	

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com periodicidade anual.

8. INVESTIMENTOS

Em 31 de Março de 2005 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	Correntes	Não correntes
Investimentos em filiais		
Saldo inicial		42 948 640
Alienações durante o trimestre		189 178
Saldo final		42 759 462
Perdas de imparidade acumuladas (nota 20)		42 686 787
Valor líquido		72 675
Investimentos em associadas		
Saldo inicial		3 930 533
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial		- 6 543
Saldo final		3 923 990
Perdas de imparidade acumuladas (nota 20)		25 565
Valor líquido		3 898 425
Investimentos disponíveis para venda		
Saldo inicial		5 592 985
Alienações durante o trimestre		5 129 658
Saldo final		463 327
Perdas de imparidade acumuladas (nota 20)		140 079
Valor líquido		323 248
Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados		
Saldo inicial	15 287 880	
Alienações durante o trimestre	9 674 669	
Saldo final	5 613 211	
Perdas de imparidade acumuladas (nota 20)	12 564	
Valor líquido	5 600 647	



9. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	31.03.05	31.12.04
Empréstimos Concedidos a Empresas Associadas	14 529 503	14 530 400
Outros Empréstimos Concedidos	160 184	178 328
Clientes e Outros Devedores	1 786 647	855 105
	16 476 333	15 563 833
Perdas de Imparidade Acumuladas (Nota 20)	14 434 255	14 434 256
	2 042 078	1 129 577

10. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	31.03.05	31.12.04
Clientes	146 337 656	104 834 073
Estado e Outros entes Públicos	10 061 970	14 322 111
Outros devedores	34 251 449	33 504 880
Adiantamentos a Fornecedores	874 703	1 008 176
Empréstimos Concedidos a Empresas Associadas	2 090 502	18 151 126
Outros Empréstimos Concedidos	750 000	750 000
Outros Activos Correntes	6 155 632	5 801 660
	200 521 912	178 372 026
Perdas de Imparidade Acumuladas (Nota 20)	15 589 334	17 388 549
	184 932 578	160 983 477

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.03.05	31.12.04	31.03.05	31.12.04
Diferença entre o justo valor e o custo histórico				30 059
Homogenização de amortizações	2 384 613	2 367 144	25 292 894	24 812 903
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	1 469 160	1 315 853		
Anulação de imobilizações	354 356	410 235		
Anulação de custos diferidos	77 450	88 824		
Prejuízos fiscais reportáveis	52 526 108	56 703 392	1 821 530	1 821 531
Outros impostos diferidos	334 631	447 258	2 436 684	477 840
	57 146 318	61 332 706	29 551 108	27 142 333



Os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de 31.12.2004 e os correspondentes activos por impostos diferidos, que reflectem a estimativa de imposto à data de 31.03.2005, são detalháveis como segue:

	<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>Activos por Impostos diferidos</u>	<u>Data limite de utilização</u>
Com data de limite de utilização			
Gerados antes de 1999	2 397 429		2008
Gerados em 1999	46 164 713		
	736 553		2005
	45 340 937		2014
	87 223		Diversas
Gerados em 2000	36 726		2006
Gerados em 2001	90 634 670		
	849 117		2007
	89 764 089		2016
	21 464		Diversas
Gerados em 2002	65 801 607		
	9 917 595		2008
	55 884 012		2017
Gerados em 2003	100 146 163		
	1 381 119		2009
	98 765 044		2018
Gerados em 2004	9 862 025		2010
	315 043 333		
Sem limite de data de utilização	837 322 923	52 526 108	
	1 152 366 256	52 526 108	

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Março de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>31-03-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Numerário	1 778 926	657 086
Depósitos bancários	37 483 348	39 078 955
Aplicações de tesouraria	85 067 873	35 081 680
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	124 330 147	74 817 721
Descobertos bancários	1 852 435	2 647 649
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	122 477 712	72 170 072

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.



13. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Março de 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 140 000 000 de acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 5 euros cada uma. Nessa data a sociedade e suas filiais não detinham quaisquer acções próprias.

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Março de 2005:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>
Sonae SGPS, S. A.	97,02%

14. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante os períodos findos em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 foram os seguintes:

	<u>31.03.2005</u>	<u>31.12.2004</u>
Saldo inicial	38 906 799	94 870 525
Diminuição / (aumento) da percentagem de participação em empresas consolidadas	1 335 453	- 58 560 218
Varição resultante da conversão monetária	1 170 610	103 203
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	747 837	2 493 288
Saldo final	<u>42 160 699</u>	<u>38 906 798</u>

15. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Março de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	<u>31.03.05</u>				<u>31.12.04</u>			
	<u>Custo amortizado</u>		<u>Valor Nominal</u>		<u>Custo amortizado</u>		<u>Valor Nominal</u>	
	<u>Correntes</u>	<u>Não correntes</u>	<u>Correntes</u>	<u>Não correntes</u>	<u>Correntes</u>	<u>Não correntes</u>	<u>Correntes</u>	<u>Não correntes</u>
Empréstimos bancários	71 590 729	316 535 022	71 549 325	316 843 075	79 165 780	315 089 218	79 165 780	315 089 218
Empréstimos obrigacionistas	23 138 966	131 633 920	22 985 348	135 155 587	23 138 966	78 085 302	23 138 966	78 085 302
Credores por locações financeiras	3 960 999	4 901 344	3 960 999	4 901 344	3 852 136	5 134 120	3 852 136	5 134 120
Outros empréstimos	9 138 923	2 943 787	9 138 923	2 943 787	1 184 972	2 459 791	1 184 972	2 459 791
Descobertos bancários	1 852 435		1 852 435		2 647 649		2 647 649	
	<u>109 682 052</u>	<u>456 014 073</u>	<u>109 487 030</u>	<u>459 843 793</u>	<u>109 989 503</u>	<u>400 768 431</u>	<u>109 989 503</u>	<u>400 768 431</u>



Os empréstimos são reembolsáveis nos seguintes anos:

	<u>31.03.05</u>	<u>31.12.04</u>
2005	135 437 999	134 466 609
2006	150 186 170	147 567 138
2007	33 605 331	33 168 454
2008	33 518 496	33 781 794
2009	110 674 476	110 865 586
2010	16 254 751	16 254 751
Após 2010	<u>89 653 600</u>	<u>34 653 602</u>
	<u>569 330 823</u>	<u>510 757 934</u>

Os principais empréstimos incluídos no quadro anterior caracterizam-se da seguinte forma:

- a) Obrigações Tafisa 98, no valor de 23 138 966 euros, que será reembolsado na sua totalidade em 2005. A taxa de juro corresponde à Mibor acrescida de 0,75%;
- b) Obrigações Sonae Indústria 2004, emitido em 15 de Outubro de 2004, no valor de 80 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo de 5 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 0,875% a.a. e serão pagos semestralmente nos dias 15 de Abril e 15 de Outubro de cada ano;
- c) Obrigações Sonae Indústria 2005/2013, emitido em 31 de Março de 2005, no valor de 55 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo de 8 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 0,875% a.a. e serão pagos semestralmente nos dias 31 de Março e 30 de Setembro de cada ano.
- d) Durante o exercício de 2002, a Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A., conjuntamente com o seu principal accionista, Sonae S. G. P. S., S. A. e com a sua filial Glunz Ag, celebraram um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimento, no montante total de 119 000 000 euros, utilizado na totalidade à data de 31 de Março de 2005. Este empréstimo vence juros trimestrais, indexados à Euribor, e será reembolsado em 16 prestações semestrais, sucessivas e iguais, vencendo-se a primeira em Junho de 2005.
- e) A Tafisa Canada celebrou em exercícios anteriores um contrato de financiamento junto de um sindicato bancário, no montante total de CAD 101 200 000. Este empréstimo vence juros à taxa de mercado, e será reembolsado em 45% do capital através de 9 amortizações semestrais, tendo-se vencido a primeira em Junho de 2000, e em 55% do capital através de um único pagamento em Junho de 2005. À data de 31 de Março de 2005, o valor do empréstimo ascendia a 38 246 156 euros.
- f) A Sonae UK celebrou um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimento, no montante total de GBP 35.000.000. Este empréstimo vence juros à taxa de



mercado, e será reembolsado em 15 prestações semestrais, sucessivas e iguais, tendo-se vencido a primeira em Junho de 2002. Em 31 de Março de 2005, o valor do empréstimo ascendia a 23 723 024 euros.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

O Grupo utiliza derivados fundamentalmente com o objectivo de efectuar a cobertura de fluxos de caixa futuros e não com o objectivo de negociação.

Desta forma o Grupo contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio bem como operações de “cross currency swap”, por forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Os ganhos e perdas associados a variações de valor dos instrumentos derivados que não receberam tratamento de “hedge accounting”, no montante de -2 867 264 euros, foram registados directamente na demonstração de resultados, na rubrica de Resultados financeiros.

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Março de 2005, respeitam, fundamentalmente, a “swaps” e “collars” envolvendo taxas de juro (“cash flow hedges”) contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 23 344 075 euros (24 558 397 euros em 31 de Dezembro de 2004).

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os “swaps”, a actualização para a data do balanço dos “cash-flows” futuros do “leg” fixo do instrumento derivado e dos “cash-flows” futuros do “leg” variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de “Black ‘76”.

Os princípios de cobertura de risco geralmente utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura, são os seguintes:



- “Matching” entre fluxos de caixa pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas de refixação da taxa de juro dos financiamentos contratados com o banco e as datas de refixação da taxa de juro no derivado;
- “Matching” perfeito entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;
- Num cenário de subida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está limitado.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados ao seu custo, se algum existir, e subsequentemente avaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados. Assim sendo, o Grupo contabilizou nesta rubrica de reservas, o montante de 347.476 euros de ganhos.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Investimentos (Nota 8)		Empréstimos (Nota 15)	
	31.03.05	31.12.04	31.03.05	31.12.04
Derivados de taxa de câmbio	(3.981)	-	(2.863.283)	-
Derivados de taxa de juro	-	-	-	-
Derivados de cobertura (Nota 19)	-	-	347.476	-
	<u>(3.981)</u>	<u>-</u>	<u>(2.515.807)</u>	<u>-</u>

17. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.03.05	31.12.04
Accionistas	156 444 919	154 759 549
Outras dívidas a terceiros não correntes	88 864 419	90 906 338
Estado e outros entes públicos	15 378 716	14 056 100
Responsabilidades por pensões (Nota 18)	<u>21 456 388</u>	<u>21 456 388</u>
	<u>282 144 442</u>	<u>281 178 375</u>



18. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

Diversas empresas do Grupo assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente.

Em exercícios anteriores foram criados fundos de pensões e provisões para pensões pelas seguintes sociedades:

Glunz AG:

Dispõe de um plano de benefícios definidos, sem fundo constituído, calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. A sociedade tem registada uma provisão na rubrica de Provisões não correntes, no valor de 20 432 590 euros, que cobre o valor das responsabilidades calculadas através de estudo actuarial reportado à data de 31 de Dezembro de 2004;

Outras subsidiárias da Sonae Indústria S.G.P.S., S. A.:

Diversas sociedades dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído gerido por entidade terceira, calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores de cinco sociedades contratados até 31 de Dezembro de 1994 que, a partir do momento da reforma e até ao termo da vida, receberão mensalmente uma renda correspondente a 20% do seu salário à data de reforma. As responsabilidades por serviços prestados à data de 31 de Março de 2005, com base num estudo actuarial reportado à data de 31 de Dezembro de 2004, ascediam a 1 934 556 euros, cobertas pelo valor do fundo e por provisão incluída na rubrica de Provisões não correntes, no valor de 1 187 196 euros e 1 023 798 euros, respectivamente.

	<u>31.03.05</u>	<u>31.12.04</u>
Valor presente das obrigações	22 367 146	22 367 146
Justo valor dos activos do fundo de pensões	1 187 196	1 187 196
Excesso de provisão	276 438	276 438
Passivo não corrente	<u><u>21 456 388</u></u>	<u><u>21 456 388</u></u>



19. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Março de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.03.05	31.12.04
Fornecedores	163 277 313	175 184 310
Empresas participadas e participantes	3 697 260	9 979 794
Outros credores	74 667 158	78 987 495
Estado e outros entes públicos	19 649 048	21 235 129
Custos a pagar	59 382 275	58 097 586
Proveitos diferidos	7 540 605	8 355 055
	<u>328 213 659</u>	<u>351 839 369</u>

20. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o período findo em 31 de Março de 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 8)	43 038 002	0	185 571	42 852 431
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 9)	14 434 256	0	1	14 434 255
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos correntes (Nota 10)	17 388 549	1 494 976	12 723 027	15 589 334
Provisões	<u>24 970 268</u>	<u>1 716 844</u>	<u>1 225 940</u>	<u>25 461 173</u>
	<u>99 831 075</u>	<u>3 211 821</u>	<u>14 134 539</u>	<u>98 337 193</u>

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	31.03.05	31.12.04
Responsabilidades por garantias prestadas		
Por empréstimos obtidos	128 028 327	46 658 039
Por subsídios ao investimento	5 987 397	5 987 397
Outros	<u>5 353 225</u>	<u>8 154 781</u>
	<u>139 368 949</u>	<u>60 800 217</u>

22. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Os compromissos financeiros não reflectidos no balanço à data de 31 de Março de 2005 são os seguintes:

- a) A Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A. é solidariamente responsável com o seu principal accionista, Sonae S.G.P.S., S. A., pelo cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimentos, no montante de 50 000 000 euros, efectuado durante o exercício de 2001;



- b) Durante o mês de Abril de 2004, várias sociedades integradas no perímetro de consolidação da Sonae Indústria SGPS, SA celebraram, com entidade terceira, contratos de sublocação de instalações fabris utilizadas na sua actividade operacional, na qual assumem pagar rendas trimestrais no montante de 480 041 euros por um período de 12 anos, num montante total de 23 041 936 euros.

Os bens sub-locados eram já anteriormente utilizados na actividade operacional destas sociedades através de contratos de arrendamento.

Os contratos agora celebrados incluem termos que, no âmbito da Norma Internacional de Contabilidade nº17, permitem a respectiva classificação como locação operacional.

A responsabilidade por rendas vincendas à data de 31 de Março de 2005 atingia o valor de 26 216 896 euros.

23. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transacções	Vendas e Prestações de Serviços		Compras e Serviços Recebidos		Juros auferidos		Juros Suportados	
	31.03.05	31.03.04	31.03.05	31.03.04	31.03.05	31.03.04	31.03.05	31.03.04
Empresa-mãe e filiais	142 674 756	161 458 188	146 066 102	144 054 901	15 142 945	15 560 485	15 115 293	14 673 636

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos			
	31.03.05	31.12.04	31.03.05	31.12.04	Obtidos		Concedidos	
	31.03.05	31.12.04	31.03.05	31.12.04	31.03.05	31.12.04	31.03.05	31.12.04
Empresa-mãe e filiais	101 419 090	98 058 143	101 603 462	98 284 361	1 633 851 806	1 600 586 185	1 623 702 777	1 584 212 039

24. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de três meses findo em 31 de Março de 2005 e 2004 são detalhados como segue:

	31.03.05	31.03.04
Imposto corrente	1.339.712	643.407
Imposto diferido	4.946.294	510.843
	6.286.006	1.154.250



25. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do período, excluindo o efeito das operações em descontinuação, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.03.2005</u>	<u>31.03.2004</u>
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	15 448 443	922 657
Efeito das acções potenciais Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)		
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>15 448 443</u>	<u>922 657</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	140 000 000	100 000 000
Efeito das acções potenciais decorrentes das obrigações convertíveis		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>140 000 000</u>	<u>100 000 000</u>

Durante o período não se registaram resultados significativos referentes a operações em descontinuação.

26. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A actividade principal do Grupo consiste na produção de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Suíça, Países Baixos, Canadá, Brasil e África do Sul. Trata-se, pois, de uma actividade caracterizada por uma elevada dispersão geográfica dos activos e mercados, e por uma relativa homogeneidade de produtos resultantes da sua actividade. Para efeitos de análise segmental, o elemento geográfico é considerado como sendo o principal vector de segmentação da actividade do Grupo, sendo esta a forma como se encontra organizado o sistema interno de gestão e de relato financeiro ao Conselho de Administração.

Os segmentos geográficos identificados nos exercícios de 2005 e 2004 foram os seguintes:

- Portugal
- Espanha
- França
- Reino Unido
- Alemanha
- Resto da Europa



- Brasil
- Canadá
- África do Sul

Os contributos dos principais segmentos geográficos para a Demonstração de Resultados consolidada dos períodos findos em 31 de Março de 2005 e 2004 podem ser analisados como segue:

31.03.2005										
	Portugal	Espanha	França	R. Unido	Alemanha	Resto Europa	Brasil	Canadá	África do Sul	Consolidado
Vendas	60 139 718	70 405 692	66 357 740	25 164 607	107 773 022	44 556 490	19 148 382	32 814 231	23 754 900	
Prestações de Serviços	3 644 490	542 910	324 987	35 470	1 200 790	929 504				
Outros Proveitos Operacionais	578 336	1 574 285	1 352 247	219 696	3 689 827	10 830	406 350	49 555	45 641	
Proveitos Operacionais	64 362 544	72 522 887	68 034 974	25 419 773	112 663 639	45 496 824	19 554 732	32 863 786	23 800 541	
Eliminações Intersegmentais	- 4 426 543	- 23 038 730	- 9 590 557	- 6 702 278	- 6 315 577	- 42 868 744		- 605 765	- 2 170 915	
Proveitos Operacionais Externos	59 936 001	49 484 157	58 444 417	18 717 495	106 348 062	2 628 080	19 554 732	32 258 021	21 629 626	369 000 591
Custos Operacionais	- 64 301 673	- 69 810 743	- 68 347 077	- 26 521 992	- 106 076 061	- 45 035 226	- 17 525 666	- 28 115 180	- 18 295 941	
Eliminações Intersegmentais	10 104 923	22 804 616	5 945 247	5 884 726	6 240 692	42 462 936	7 203	131 247	1 759 382	
Custos Operacionais Externos	- 54 196 750	- 47 006 127	- 62 401 830	- 20 637 266	- 99 835 369	- 2 572 290	- 17 518 463	- 27 983 933	- 16 536 559	- 348 688 587
Resultado Operacional Imputável	5 739 251	2 478 030	- 3 957 413	- 1 919 771	6 512 693	55 790	2 036 269	4 274 088	5 093 067	20 312 004
Resultado Operacional Não Imputável										13 944 612
Resultado Financeiro										- 12 043 317
Imposto sobre o rendimento										- 6 286 006
Resultado Líquido										15 927 294
Atribuível aos accionistas da empresa-mãe										15 448 443
Atribuível a interesses minoritários										478 851

31.03.2004										
	Portugal	Espanha	França	R. Unido	Alemanha	Resto Europa	Brasil	Canadá	África do Sul	Consolidado
Vendas	102 260 519	64 611 657	64 230 860	27 318 741	85 314 691	29 013 625	14 954 234	28 430 709	17 552 983	
Prestações de Serviços	4 794 298	718 620	408 740	53 085	990 742	802 686		- 159		
Outros Proveitos Operacionais	3 035 226	1 525 911	5 711 201	350 726	19 823 038	7 289	510 199	33 129	1 930 681	
Proveitos Operacionais	110 090 043	66 856 188	70 350 801	27 722 552	106 128 471	29 823 600	15 464 433	28 463 679	19 483 664	
Eliminações Intersegmentais	- 26 447 912	- 17 990 129	- 9 216 876	- 8 343 067	- 4 638 631	- 27 110 604	- 31 369	- 533 185	- 1 088 108	
Proveitos Operacionais Externos	83 642 131	48 866 059	61 133 925	19 379 485	101 489 840	2 712 996	15 433 064	27 930 494	18 395 556	378 983 550
Custos Operacionais	- 101 401 872	- 67 467 987	- 70 214 218	- 30 003 761	- 100 156 816	- 29 431 275	- 16 433 164	- 26 988 220	- 16 726 556	
Eliminações Intersegmentais	27 969 921	21 179 593	5 411 292	7 362 095	3 557 403	26 999 687	38 571	168 541	408 177	
Custos Operacionais Externos	- 73 431 951	- 46 288 394	- 64 802 926	- 22 641 666	- 96 599 413	- 2 431 588	- 16 394 593	- 26 819 679	- 16 318 379	- 365 728 589
Resultado Operacional Imputável	10 210 180	2 577 665	- 3 669 001	- 3 262 181	4 890 427	281 408	- 961 529	1 110 815	2 077 177	13 254 961
Resultado Operacional Não Imputável										1 238 696
Resultado Financeiro										- 12 821 516
Imposto sobre o rendimento										- 1 154 250
Resultado Líquido										517 892
Atribuível aos accionistas da empresa-mãe										922 657
Atribuível a interesses minoritários										- 404 765

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Abril de 2005.



28. PRIMEIRA APLICAÇÃO DOS “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS”

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 31 de Dezembro de 2004 pode ser detalhada como segue:

	01.01.2004			31.12.2004		
	Ajustamentos de conversão para			Ajustamentos de conversão para		
	POC	IFRS	IFRS	POC	IFRS	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:						
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1 411 124 225	- 108 164 835	1 302 959 390	1 169 637 656	- 21 579 926	1 148 057 730
Diferenças de consolidação		45 577 013	45 577 013		45 269 819	45 269 819
Investimentos	10 986 045	- 7 192 107	3 793 938	14 211 619	- 4 691 852	9 519 767
Impostos diferidos activos	67 594 595	- 931 665	66 662 930	60 488 971	843 735	61 332 706
Outros activos não correntes	941 661	10 552 347	11 494 008	926 615	202 962	1 129 577
Total de activos não correntes	1 490 646 526	- 60 159 247	1 430 487 279	1 245 264 861	20 044 738	1 265 309 599
ACTIVOS CORRENTES:						
Existências	183 941 058	- 11 306 155	172 634 903	159 577 295	- 565 992	159 011 303
Outros activos correntes	323 442 898	- 44 098 469	279 344 429	157 812 702	3 170 775	160 983 477
Investimentos	9 027 887	- 1 878 285	7 149 602	41 061 866	- 35 081 679	5 980 187
Caixa e equivalentes de caixa	46 711 736	- 2 649 548	44 062 188	39 684 453	35 133 268	74 817 721
Total de activos correntes	563 123 579	- 59 932 457	503 191 122	398 136 316	2 656 372	400 792 688
Total do activo	2 053 770 105	- 120 091 704	1 933 678 401	1 643 401 177	22 701 110	1 666 102 287
PASSIVO:						
PASSIVO NÃO CORRENTE:						
Empréstimos obtidos	389 626 932	- 556 591	389 070 341	393 294 024	7 474 407	400 768 431
Outros passivos não correntes	434 614 579	79 140 127	513 754 706	175 038 076	106 140 299	281 178 375
Impostos diferidos passivos	30 552 206	- 5 661 197	24 891 009	27 934 725	- 792 392	27 142 333
Provisões	37 614 255	- 22 349 651	15 264 604	37 262 270	- 22 057 592	15 204 678
Total de passivos não correntes	892 407 972	50 572 688	942 980 660	633 529 095	90 764 722	724 293 817
PASSIVO CORRENTE:						
Empréstimos obtidos	328 825 867	- 5 098 495	323 727 372	119 538 217	- 9 548 714	109 989 503
Outros passivos correntes	460 512 527	- 99 151 163	361 361 364	434 001 763	- 82 162 394	351 839 369
Provisões	19 699 448	- 7 999 461	11 699 987	9 546 439	219 151	9 765 590
Total de passivos correntes	809 037 842	- 112 249 119	696 788 723	563 086 419	- 91 491 957	471 594 461
Total dos activos líquidos	352 324 291	- 58 415 273	293 909 018	446 785 663	23 428 345	470 214 008
CAPITAL PRÓPRIO:						
Capital social	500 000 000		500 000 000	700 000 000		700 000 000
Reservas e Resultados Transitados	- 316 389 954	15 428 448	- 300 961 506	- 323 639 403	12 366 173	- 311 273 230
Resultados Líquidos				29 213 582	13 366 858	42 580 440
Interesses minoritários	168 714 245	- 73 843 721	94 870 524	41 211 484	- 2 304 686	38 906 798
Total do capital próprio	352 324 291	- 58 415 273	293 909 018	446 785 663	23 428 345	470 214 008



Nas datas de 01.01.2004 e 31.12.2004, os principais impactos da mudança para as Normas Internacionais de Relato Financeiro são os seguintes:

Reposição de “Goodwill”

O Grupo Sonae Indústria, em linha com o disposto no normativo IFRS, passa a registar as diferenças de consolidação como um activo, não amortizável, e sujeito a testes de imparidade anuais. As diferenças de consolidação originadas na aquisição de filiais, empresas controladas conjuntamente e associadas estrangeiras foram alocadas a essas unidades, sendo como tal registadas na moeda funcional dessas filiais e convertidas para a moeda de reporte do Grupo à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de reservas de conversão cambial.

Este procedimento difere da prática que o Grupo Sonae Indústria adoptou desde 2001, que consistiu na anulação das diferenças de consolidação por contrapartida de reservas, uma abordagem diferente da preconizada pelo POC, tal como mencionado nas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos e passivos não aceites pelos IFRS (nomeadamente activos incorpóreos) e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente registadas em resultados transitados (IFRS 1).

A 31 de Dezembro de 2004, o efeito é de 45,3 milhões de euros no Activo e nos Capitais Próprios (45,5 milhões de euros em 1 de Janeiro de 2004).

Imobilizado incorpóreo

Os activos incorpóreos são registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Na data da transição foram anulados, por contrapartida de resultados transitados, todos os activos incorpóreos que não cumprem os critérios de reconhecimento do normativo IFRS (29,6 milhões de euros). Os activos incorpóreos registados após esse data no normativo POC, foram transferidos para a correspondente rubrica de custos (0,2 milhões de euros).

Imobilizado corpóreo

No âmbito das demonstrações financeiras consolidadas POC, o Grupo Sonae Indústria havia procedido ao registo, na rubrica de Imobilizações Corpóreas, de custos de ineficiência incorridos



no arranque de diversas unidades produtivas. Dado este procedimento não ser possível no contexto das IFRS, procedeu-se ao desreconhecimento destes valores do activo tangível e consequente registo na rubrica de Resultados Transitados, o que provocou, a 31 de Dezembro de 2004, uma diminuição do Activo e dos Capitais Próprios de 3,8 milhões de euros.

Inclusão de empresas anteriormente excluídas

Dado que em IFRS todas as empresas devem ser incluídas na consolidação, é apresentado em separado o efeito da inclusão de empresas que no normativo POC estavam excluídas da consolidação, na maioria dos casos por imaterialidade ou por objecto social diverso.

A 31 de Dezembro de 2004, o efeito é de um aumento de 0,5 milhões de euros no Activo (3,9 milhões de euros em 1 de Janeiro de 2004), de um aumento de 1,1 milhões de euros no Passivo (8,1 milhões de euros em 1 de Janeiro de 2004) e de uma diminuição de 0,6 milhões de euros nos Capitais Próprios (4,2 milhões de euros em 1 de Janeiro de 2004).

Método de consolidação proporcional

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente passaram a ser incluídas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis das empresas controladas conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre essas empresas e empresas do Grupo são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

A 31 de Dezembro de 2004 efectuou-se a saída do perímetro de consolidação das empresas controladas conjuntamente, pelo que o efeito no balanço consolidado a esta data é inexistente (a 1 de Janeiro de 2004, a aplicação do método de consolidação proporcional provocou uma diminuição do Activo total, do Passivo total e dos Capitais Próprios de 157,9 milhões de euros, 92,2 milhões de euros e 65,7 milhões de euros, respectivamente).

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:



	Ajustamentos de conversão para IFRS	
	01.01.04	31.12.04
Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas, líquidas de perdas de imparidade	45 577 013	45 269 819
Abate de imobilizações incorpóreas	- 29 611 033	- 18 227 092
Abate de imobilizações corpóreas	- 5 495 708	- 3 832 659
Inclusão de empresas anteriormente excluídas	- 4 209 404	- 695 841
Método de consolidação proporcional	- 65 720 467	
Outros	1 044 326	914 118
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	<u>- 58 415 273</u>	<u>23 428 345</u>
Efeito no resultado líquido do exercício		<u>13 366 858</u>

Adicionalmente, o efeito no Balanço em 31 de Março de 2004 da conversão para IFRS é detalhado como segue:

	31.03.2004		
	Ajustamentos de conversão para		
	POC	IFRS	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1.383.850.410	(102.298.937)	1.281.551.472
Diferenças de consolidação		46.972.894	46.972.894
Investimentos	11.010.841	(6.244.434)	4.766.407
Impostos diferidos activos	67.958.834	(934.754)	67.024.079
Outros activos não correntes	974.090	2.563.106	3.537.196
Total de activos não correntes	<u>1.463.794.175</u>	<u>(59.942.126)</u>	<u>1.403.852.048</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	181.040.269	(12.168.702)	168.871.566
Outros activos correntes	337.196.039	(39.313.044)	297.882.995
Investimentos detidos para negociação	10.573.407	(6.462.162)	4.111.245
Caixa e equivalentes de caixa	65.450.260	(216.207)	65.234.053
Total de activos correntes	<u>594.259.975</u>	<u>(58.160.115)</u>	<u>536.099.860</u>
Total do activo	<u>2.058.054.150</u>	<u>(118.102.242)</u>	<u>1.939.951.908</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	395.589.622	(252.459)	395.337.163
Outros passivos não correntes	433.896.392	62.433.752	496.330.144
Impostos diferidos passivos	31.581.795	(5.908.367)	25.673.428
Provisões	38.132.342	(22.361.684)	15.770.658
Total de passivos não correntes	<u>899.200.151</u>	<u>33.911.241</u>	<u>933.111.393</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	315.301.913	(4.880.059)	310.421.854
Outros passivos correntes	466.476.812	(106.802.957)	359.673.855
Responsabilidades por pensões		22.351.823	22.351.823
Provisões	19.892.605	(7.962.280)	11.930.325
Total de passivos correntes	<u>801.671.330</u>	<u>(97.293.473)</u>	<u>704.377.857</u>
Total dos activos líquidos	<u>357.182.669</u>	<u>(54.720.011)</u>	<u>302.462.658</u>
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	500.000.000	0	500.000.000
Reservas e Resultados Transitados	(314.673.771)	19.640.238	(295.033.533)
Resultados Líquidos	(549.431)	1.472.088	922.657
Interesses Minoritários	172.405.871	(75.832.336)	96.573.535
Total do capital próprio	<u>357.182.669</u>	<u>(54.720.011)</u>	<u>302.462.659</u>



Em 31 de Março de 2004, o impacto no capital próprio da conversão para IFRS pode ser detalhado como segue:

Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas, líquidas de perdas de imparidade	46 972 894
Abate de imobilizações incorpóreas	- 26 779 701
Abate de imobilizações corpóreas	- 5 298 704
Inclusão de empresas anteriormente excluídas	- 4 164 195
Método de consolidação proporcional	- 67 289 594
Outros	1 839 290
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	<u>- 54 720 010</u>
Efeito no resultado líquido do exercício	<u>1 472 088</u>

O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período findo em 31 de Março de 2004 pode ser detalhado como segue:

	31.12.2004			31.03.2004		
	Ajustamentos de conversão para			Ajustamentos de conversão para		
	POC	IFRS	IFRS	POC	IFRS	IFRS
Proveitos operacionais:						
Vendas	1.569.284.095	(85.273.149)	1.484.010.946	382.975.347	(21.194.808)	361.780.539
Prestações de serviços	10.808.153	(2.679.628)	8.128.525	3.046.792	(704.137)	2.342.655
Variação de valor das propriedades de investimento				-	-	-
Outros proveitos operacionais	81.714.439	(8.304.932)	73.409.507	16.702.482	2.421.138	19.123.620
Total de proveitos operacionais	<u>1.661.806.687</u>	<u>(96.257.709)</u>	<u>1.565.548.978</u>	<u>402.724.621</u>	<u>(19.477.807)</u>	<u>383.246.814</u>
Custos operacionais						
Custo das vendas	712.174.459	(31.884.502)	680.289.957	179.474.868	(7.754.757)	171.720.112
Variação da produção	8.303.698	1.673.065	9.976.763	6.103.228	888.595	6.991.822
Fornecimentos e serviços externos	404.588.016	(25.363.509)	379.224.507	98.425.682	(4.775.443)	93.650.239
Custos com o pessoal	234.654.757	(13.223.096)	221.431.661	60.002.827	(3.353.595)	56.649.232
Amortizações e depreciações	126.039.928	(18.352.428)	107.687.500	30.325.742	(3.551.792)	26.773.950
Provisões e perdas por imparidade	7.212.559	(5.679.285)	1.533.274	2.015.087	1.353.467	3.368.554
Outros custos operacionais	41.750.620	(7.773.343)	33.977.277	9.877.474	(278.228)	9.599.246
Total de custos operacionais	<u>1.534.724.037</u>	<u>(100.603.098)</u>	<u>1.434.120.939</u>	<u>386.224.908</u>	<u>(17.471.753)</u>	<u>368.753.155</u>
Resultados operacionais	127.082.650	4.345.389	131.428.039	16.499.713	(2.006.054)	14.493.659
Custos e perdas financeiras	86.479.202	959.332	87.438.534	21.523.267	(1.677.025)	19.846.242
Proveitos e ganhos financeiros	18.130.417	(1.662.304)	16.468.113	7.233.981	(242.030)	6.001.851
Resultados relativos a empresas associadas	778.457	58.731	837.188	32.770	(0)	32.770
Resultados relativos a investimentos			30.000		990.103	990.103
Resultado antes de impostos	59.512.322	1.782.484	61.324.806	2.243.197	(571.059)	1.672.141
Imposto sobre o rendimento	18.590.652	(2.339.576)	16.251.076	1.833.607	(679.358)	1.154.250
Resultado do exercício de operações em continuação						
Perdas obtidas em operações em descontinuação				-	-	-
Resultado do exercício	40.921.670	4.122.060	45.073.730	409.590	108.301	517.892
Resultado minoritários	11.708.088	(9.214.800)	2.493.288	959.021	(1.363.787)	(404.766)
Resultado Grupo Consolidado	<u>29.213.582</u>	<u>13.336.860</u>	<u>42.580.442</u>	<u>(549.431)</u>	<u>1.472.088</u>	<u>922.657</u>



No exercício e no 1º. trimestre de 2004, os principais impactos da mudança para as Normas Internacionais de Relato Financeiro são os seguintes:

Amortizações – imobilizações incorpóreas

Durante 2004 foram anulados 0,2 milhões de euros de imobilizações incorpóreas que não cumprem os critérios de reconhecimento (zero no 1º. trimestre de 2004), tendo sido registadas como custo do exercício, e foram anuladas amortizações de 11,7 milhões de euros (3,5 milhões de euros no 1º. trimestre de 2004).

Saídas do perímetro de consolidação

A saída do perímetro de consolidação, no final de 2004, de empresas controladas conjuntamente, consolidadas pelos métodos de consolidação proporcional e global nas demonstrações financeiras IFRS e POC, respectivamente, provocou uma diminuição do resultado do exercício das primeiras em cerca de 7,5 milhões de euros (zero no 1º. trimestre de 2004) – aumento do resultado líquido atribuível à empresa-mãe de 1,3 milhões de euros.

Valorimetria de stocks

Durante o exercício de 2004, o Grupo Sonae Indústria adoptou, nas suas demonstrações financeiras POC, o critério de incluir as amortizações de imobilizado associado à actividade fabril no custeio dos produtos acabados e em curso, o que provocou um aumento do valor das existências finais e do resultado do exercício de aproximadamente 2,9 milhões de euros (1,5 milhões de euros no 1º. trimestre de 2004). Nas demonstrações financeiras IFRS, este procedimento foi adoptado à data de transição (1 de Janeiro de 2004), pelo que não se verificou este aumento na variação das existências e, consequentemente, no resultado do exercício de 2004.

Contabilização de “goodwill” negativo

De acordo com as IFRS, o “goodwill” negativo que surja na sequência de aquisições de partes de capital e que não corresponda a uma perspectiva de prejuízos futuros, deverá ser reconhecida directamente em resultado. Nas contas consolidadas POC, o Grupo Sonae Indústria seguia o procedimento de registar situações semelhantes na rubrica de Outras reservas dos Capitais Próprios. Esta diferença de contabilização provocou um aumento de resultados de 1,4 milhões de euros (zero no 1º. trimestre de 2004).

Inclusão de subsidiárias anteriormente excluídas

O efeito da inclusão de empresas anteriormente excluídas nos resultados de 2004 implicou aumento no resultado líquido de 0,7 milhões de euros (valor não significativo no 1º. trimestre de 2004).



Amortizações – imobilizações corpóreas

A anulação de amortizações de imobilizações corpóreas referentes a custos de ineficiência capitalizados nas demonstrações financeiras POC afectou positivamente o resultado do exercício em 0,7 milhões de euros (aproximadamente 0,2 milhões de euros no 1º. trimestre de 2004).

Para além destes ajustamentos, é importante mencionar que em IFRS não existem resultados extraordinários, pelo que o montante registado anteriormente em POC, incluindo mais e menos-valias realizadas na alienação de investimentos financeiros, foi reclassificado para resultados operacionais.

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido atribuível à empresa-mãe do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período de três meses findo em 31 de Março de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	Ajustamentos de conversão para IFRS	
	31.12.2004	31.03.2004
Abate de imobilizações incorpóreas	11 781 313	3 526 291
Abate de imobilizações corpóreas	742 233	- 12 433
Inclusão de empresas anteriormente excluídas	2 213 827	- 12 422
Método de consolidação proporcional		- 18 344
Valorimetria de stocks	- 2 907 522	- 1 542 904
Diferenças de consolidação negativas	1 391 264	
Outros	145 743	- 468 100
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	<u>13 366 858</u>	<u>1 472 088</u>

Ao nível da demonstração de fluxos de caixa os impactos mais significativos referem-se a reclassificações entre despesas com actividades de investimento relacionadas com activos incorpóreos, as quais não qualificam como tal ao nível dos IFRS pelo que foram reclassificadas para despesas operacionais.



SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S. A.

Sede social: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Matriculada na C.R.C. da Maia sob o nº 1067

Capital Social: 700 000 000 euros

Pessoa Colectiva nº 500 204 128

Sociedade Aberta

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS NÃO AUDITADAS

JANEIRO A MARÇO DE 2005

SEGUNDO AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.
BALANÇOS EM 31 DE MARÇO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS		POC
		31.03.05	31.12.04	31.12.04
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		579 072	581 416	555 664
Diferenças de consolidação				
Investimentos		697 358 919	699 750 847	1 300 041 721
Impostos diferidos activos		2 048	2 048	
Outros activos não correntes		601 494 675	613 151 626	
Total de activos não correntes		1 299 434 714	1 313 485 937	1 300 597 385
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências				
Outros activos correntes		6 591 849	2 854 139	19 289 006
Investimentos		3 606 073	3 606 073	29 506 779
Caixa e equivalentes de caixa		90 440 156	30 804 585	1 281 965
Total de activos correntes		100 638 078	37 264 797	50 077 750
TOTAL DO ACTIVO		1 400 072 793	1 350 750 734	1 350 675 135
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social		700 000 000	700 000 000	700 000 000
Reservas e Resultados Transitados		317 010 596	313 456 578	313 605 262
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe				
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		1 017 010 596	1 013 456 578	1 013 605 262
Interesses Minoritários				
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1 017 010 596	1 013 456 578	1 013 605 262
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos		131 631 951	80 000 000	80 000 000
Credores por locações financeiras MLP				
Outros passivos não correntes		35 411 751	35 411 751	35 411 751
Impostos diferidos passivos		176 490	176 490	
Provisões				
Total de passivos não correntes		167 220 192	115 588 241	115 411 751
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos		21 823	23 251	7 410
Credores por locações financeiras CP				
Credores por locações financeiras CP				
Outros passivos correntes		215 820 182	221 682 664	221 650 712
Provisões				
Total de passivos correntes		215 842 005	221 705 915	221 658 122
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1 400 072 793	1 350 750 734	1 350 675 135

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)

Notas	IFRS		POC
	31.03.05	31.03.04	31.03.04
Proveitos operacionais:			
Vendas	-	-	-
Prestações de serviços	778.035	-	-
Outros proveitos operacionais	576.692	-	-
Total de proveitos operacionais	1.354.727	-	-
Custos operacionais			
Custo das vendas	-	-	-
Variação da produção	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	396.382	104.421	104.421
Custos com o pessoal	625.378	-	-
Amortizações e depreciações	5.363	1.761	3.846
Provisões e perdas por imparidade	-	-	-
Outros custos operacionais	65.914	93.739	118.941
Total de custos operacionais	1.093.035	199.921	227.208
Resultados operacionais	261.692	(199.921)	(227.208)
Resultados financeiros	3.292.325	245.973	271.175
Resultados relativos a empresas associadas	-	-	-
Resultado antes de impostos	3.554.018	46.052	43.967
Imposto sobre o rendimento	-	1.364	-
Resultado depois de impostos	3.554.018	44.688	43.967
Resultados de operações em descontinuação após impostos			
Resultado consolidado do trimestr	3.554.018	44.688	43.967
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe	-	-	-
Interesses Minoritários	-	-	-
Resultados por acção			
Excluindo operações em descontinuação			
Básico			0,0000
Diluído			0,0000
Das operações em descontinuação			
Básico	-	-	-
Diluído	-	-	-

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital Social	Ações próprias	Prémios de Emissão	Prestações Suplementares	Reservas						Resultados Acumulados	Resultado Líquido	Total
					Reservas legais	Reservas de Reavaliação Legais	Reserva de justo valor	Reservas de reavaliação de investimentos	Reservas de cobertura	Outras Reservas			
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	700.000.000	-	135.339.049	-	9.695.354	-	-	-	-	167.197.164	(170.496)	1.395.535	1.013.456.605
Aplicação do resultado de 2004:													
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.395.535	(1.395.535)	-
Aquisição/(Alienação) de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura, líquido de imposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido associado ao aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido associado ao aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período findo a 31 de Março de 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.554.018	3.554.018
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Março de 2005	<u>700.000.000</u>	<u>-</u>	<u>135.339.049</u>	<u>-</u>	<u>9.695.354</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>167.197.164</u>	<u>1.225.038</u>	<u>3.554.018</u>	<u>1.017.010.623</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	500.000.000	-	135.339.049	-	3.297.117	-	-	-	-	50.818.832	(5.188.172)	127.964.741	812.061.070
Aplicação do resultado de 2003:													
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127.964.741	(127.964.741)	-
Aquisição/(Alienação) de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura, líquido de imposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido associado ao aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido associado ao aumento/(diminuição) do justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período findo a 31 de Março de 2004	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.688	44.688
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Março de 2004	<u>500.000.000</u>	<u>-</u>	<u>135.339.049</u>	<u>-</u>	<u>3.297.117</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.818.832</u>	<u>122.606.073</u>	<u>44.688</u>	<u>812.105.759</u>

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2005 E 31 DE MARÇO DE 2004
(Montantes expressos em euros)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>31.03.05</u>	<u>31.03.04</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>-1 496 985</u>	<u>-2 974 680</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		27 935 193	11 888 090
Imobilizações corpóreas e incorpóreas			
Outros		<u>15 039 850</u>	<u>19 609 081</u>
		<u>42 975 043</u>	<u>31 497 171</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		26 181 368	25 977 472
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		1 339	
Outros			<u>15 166 055</u>
		<u>26 182 707</u>	<u>41 143 527</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>16 792 336</u>	<u>-9 646 356</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		<u>378 778 921</u>	<u>325 589 680</u>
		<u>378 778 921</u>	<u>325 589 680</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		324 465 321	307 140 979
Juros e custos similares		9 971 953	11 875 269
		<u>334 437 274</u>	<u>319 016 248</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>44 341 647</u>	<u>6 573 432</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>59 636 998</u>	<u>-6 047 604</u>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>34 387 407</u>	<u>39 907 775</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>94 024 405</u>	<u>33 860 171</u>

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração